

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA: PONDERAÇÕES SOBRE A POLÍCIA ADMINISTRATIVA (Tauã Lima Verdan Rangel) 299

COTAS RACIAIS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: A MISSÃO DA UNIVERSIDADE NA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL (Joseliane Sonagli e Hugo Jesus Soares) 308

FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELOS ENTES FEDERATIVOS NA JURISPRUDÊNCIA DO STF (Márcio de Almeida Farias) 322

QUESTÕES PRÁTICAS

TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS – Trespasse daqueles caracterizados como “atividade-fim” – Considerações 335

CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – Aplicação dos recursos obtidos com a CIP na aquisição de câmeras de segurança ou contratação de serviços de monitoramento – Não cabimento 336

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE – Direito à informação – Divulgação em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública do nome dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos brutos e de outras vantagens pecuniárias – Legitimidade (STF) 337

SERVIDOR PÚBLICO – Infração administrativa – Portaria – Extinção da punibilidade – Determinação de anotação de tais atos nos assentamentos funcionais individuais – Inadmissibilidade – Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 170 da Lei nº 8.112/1990 – Violação ao princípio da presunção de inocência (STJ) 343

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – Recapeamento asfáltico – Caracterização de conservação de via, e não de obra pública – Não demonstração pelo Município da efetiva valorização dos imóveis – Prazo para impugnação do edital, nos termos do art. 82, inc. II, do CTN, que apenas vincula a esfera administrativa – Princípio da

inafastabilidade do controle jurisdicional – Imprescindibilidade da edição de lei prévia e específica da obra a respaldar a futura cobrança – Nulidade do lançamento fiscal (TJPR) 347

AERÓDROMO MUNICIPAL – Portaria – Proibição pela Urbe do exercício de qualquer atividade comercial, industrial ou de serviços em seu perímetro – Cassação dos alvarás de licença e das autorizações de localização e funcionamento – Direito real de uso da área pertencente à Comuna concedido sem licitação – Pretensão dos aeroclubes em continuar a desenvolver suas atividades profissionais e pessoais no local, mantendo os empregos de seus funcionários e os compromissos firmados com alunos e clientes – Não cabimento – Eventuais prejuízos porventura advindos que devem ser apurados em sede e oportunidade próprias (TJRJ) 351

PROGRAMA HABITACIONAL – Aquisição de imóvel em loteamento popular – Contrato de mútuo – Posterior anulação pela Administração – Ato do Prefeito Municipal, alicerçado em decreto – Irregularidades e ilegalidades na distribuição dos imóveis – Ausência de edital e sorteio público – Não preenchimento pelo mutuário dos requisitos estabelecidos em lei municipal – Autotutela administrativa – Interferência na esfera do particular – Contraditório e ampla defesa oportunizados – Possibilidade da revisão do ato (TJSC) 355

ASSÉDIO MORAL – Servidor público – Responsabilidade da autoridade municipal por ato de seu agente, superior hierárquico do ofendido – Inexistência de legislação específica na Urbe sobre o tema – Irrelevância – Proteção conferida pela CF/1988 e pelo estatuto dos servidores – Caracterização de ato doloso causador de abalo psicológico – Danos morais – Indenização devida (TJSP) 362

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) – Prefeito Municipal – Falta de oferta de merenda nas escolas em determinados períodos – Não realização de testes de aceitabilidade dos produtos oferecidos aos estudantes – Falta de disponibilização dos documentos ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) – Aplicação de multa ao Alcaide (TCU) 368